

INA supera objectivos com 70 cursos e 2500 participantes

DE 2008 PARA 2009, o Instituto Nacional de Administração cresceu em 10% a sua oferta. A aposta passa por parcerias com universidades nacionais e estrangeiras.

Raquel Carvalho
raquel.carvalho@economico.pt

Em 2009, o Instituto Nacional de Administração (INA) superou os objectivos estratégicos previstos ao desenvolver mais de 70 cursos de dirigentes, com quase 2500 participantes. Um acréscimo de quase 10% se compararmos com os indicadores de 2008. Esta é razão suficiente para Francisco Ramos, presidente do INA, fazer “um balanço francamente positivo” do ano passado, que ainda se torna mais significativo se recuarmos a 2003, “ano em que ainda não fora aprovada a legislação de dirigentes”, explica. É que neste período, o aumento “é de quase 50%”. A formação de executivos é uma das valências mais relevantes da actividade formativa do INA e o programa de Formação de Dirigentes (como se apelida o termo ‘executivos’ no sector público), iniciado em 2004, “tem ganho um número crescente de participantes”, informa o responsável que lembra as mudanças preconizadas pela aprovação do novo Estatuto do Dirigentes, em 2005, “foram amplamente alargadas e aprofundadas as exigências de formação dos gestores públicos.”

Na sequência das novas prerrogativas legais, o INA desenvolveu “vários pacotes formativos orientados para os diversos públicos-alvo: altos dirigentes, dirigentes intermédios, futuros dirigentes e uma versão internacional para gestores das Administrações de países dos PALOP e América Latina”, diz Francisco Ramos.

O presidente do INA classifica a formação daquela instituição de “rigorosa, transversal e flexível”, conseguida através de acções que “pretendem proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e competências adequados ao exercício de cargos de chefia, ao que acresce uma avaliação de conhecimentos”, frisa.

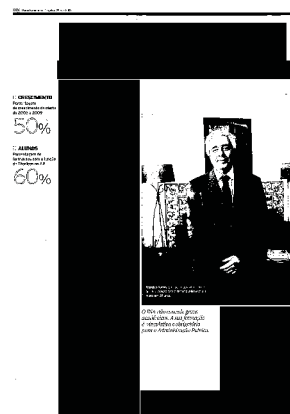
Aos pontos fortes da instituição a que preside, Francisco Ramos acrescenta “um corpo académico de elevado mérito científico e profissional”, admitindo que o rigor das formações leccionadas está igualmente ligado “ao considerável grau de dedicação, espírito de trabalho e de equipa que os participantes têm de demonstrar.” Porém, “há diferenças consideráveis entre a oferta formativa do INA e a de escolas privadas ou universidades, a primeira das quais é o INA não conceder graus académicos, a sua formação é a principal, vinculativa e obrigatória para a Administração Pública”, argumenta Francisco Ramos. Por esta razão o instituto pú-

blico desenvolve inúmeras parcerias com universidades nacionais e estrangeiras que “permitem aos formandos obter equivalências a disciplinas de mestrado”, informa.

Há 30 anos a formar executivos de topo, o INA procura sempre renovar a sua oferta. No último ano, foram muitas as novidades lançadas. Francisco Ramos destaca as ligadas “ao nível do aprofundamento de algumas áreas que constituem temas de debate na sociedade actual, entre elas a criação de planos anti-corrupção dentro das instituições.” O responsável adianta igualmente estar em cima da mesa a análise a “uma proposta de iniciar um modelo de formação ‘follow-up’, com uma maior flexibilidade de horários, menos carga lectiva e actualidade de conteúdos”, explica. Aqui os factores distintivos são o “alinhamento dos conteúdos formativos à reforma da Administração Pública; diversificação geográfica da oferta formativa; aprofundamento de temas chave para a Administração Pública; reforço da componente de e-learning na formação e criação de ferramentas que permitem incrementar o ‘networking’ online entre formandos.”

Francisco Ramos defende que a formação para o sector público já não é o que era. Se há 30 anos “começou por ser um nicho ao alcance dos dirigentes e que visava as lideranças, reforçando o seu papel na dignificação e qualificação da Ad-

ministração Pública”, o presidente do INA esclarece que “desde há alguns anos a esta parte, os poderes públicos têm vindo a repensar a formação dirigida a toda a cadeia hierárquica”, desenhando programas que permitam “responder



aos novos desafios ao nível das novas tecnologias”, mas também apostando “na constituição de equipas multidisciplinares de alto nível técnico, com formação e competências adequadas e específicas.”

São “os trabalhadores técnicos (superiores e assistentes técnicos)”, que mais procuram o INA, os quais representam cerca de 60% do total. Seguem-se “os dirigentes com cerca de 25% e os altos dirigentes com 10% dos alunos por perfil de função”, acrescenta o mesmo responsável.

Quanto aos custos dos cursos, o INA pratica diferentes preços: O CAGEP ronda os 700 euros, o FORGEP implica 1300 euros e o CADAP sobe para os 3900 euros. Para frequentar o DEGP precisa de dispor entre 1500 euros (Administração Pública) e 2000 euros. O INA lecciona ainda o BSC - Balanced ScoreCard Inicial e Avançado, que custa entre os 600 e os 750 euros. ■